

ESPORTE E JOGOS OLÍMPICOS: ENTRE UTOPIAS E PRAGMATISMOS

Katia Rubio¹

RESUMO

O objetivo deste texto é apresentar as origens do esporte e do Olimpismo como fenômenos singulares e interrelacionados, que marcam a história do século XX. O esporte surge na sociedade ocidental como uma prática urbana associada diretamente ao lazer e ao uso do tempo livre do século XIX. Regrado, institucionalizado e associado a aristocracia e burguesia era praticado nas escolas frequentadas por jovens considerados os futuros representantes do império inglês. Transformado em conteúdo curricular nas escolas de diferentes continentes tornou-se um dos maiores fenômenos socioculturais da modernidade. Considerado como uma linguagem universal foi regrado e institucionalizado e tomado por Pierre de Coubertin, o idealizador do Olimpismo, como um meio de promoção da educação e da paz. A utopia que envolve a criação do Movimento Olímpico é compatível com a proposta inicial do esporte como meio para a formação de um ser humano integral, porém contrasta com o pragmatismo que envolve o esporte como metáfora do estilo de vida afirmado pelo modo de produção capitalista.

Palavras-chave: Olimpismo. Esporte. Movimento Olímpico. Jogos Olímpicos.

ABSTRACT

The purpose of this text is to present the origins of sport and Olympism as singular and interrelated phenomena, which mark the history of the 20th century. Sport appears in Western society as an urban practice directly associated with leisure and the use of free time in the 19th

1 Professora associada da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Atualmente coordena o Grupo de Estudos Olímpicos (GEO-USP) e é editora da *Olimpianos – Revista de Estudos Olímpicos*. É pesquisadora do Instituto de Estudos Avançados da USP e membro da Academia Olímpica Brasileira. É autora de doze livros sobre Psicologia do Esporte e Estudos Olímpicos, além de ter organizado mais de vinte títulos na mesma área. E-mail: katrubio@usp.br

century. Regulated, institutionalized and associated with aristocracy and bourgeoisie, it was practiced in schools attended by young people considered the future representatives of the English empire. Transformed into curricular content in schools on different continents, it has become one of the greatest socio-cultural phenomena of modernity. Considered as a universal language, it was regulated and institutionalized and taken by Pierre de Coubertin, the creator of Olympism, as a means of promoting education and peace. The utopia that involves the creation of the Olympic Movement is compatible with the initial proposal of sport as a means for the formation of an integral human being, but it contrasts with the pragmatism that involves sport as a metaphor of the lifestyle affirmed by the capitalist mode of production.

Keywords: Olympism. Sport. Olympic Movement. Olympic Games.

Introdução

Algumas práticas corporais de movimento remontam a séculos e foram desenvolvidas em diferentes momentos da história, atendendo às demandas de distintos grupos sociais. Na Antiguidade, as denominadas práticas atléticas, além de formar homens para a guerra, também os levavam a encontros celebrativos agonísticos chamados Jogos Públicos, entre eles os Jogos Olímpicos. As práticas atléticas diferenciam-se do esporte, um fenômeno das sociedades modernas, urbanas e industriais, praticado até o presente em diferentes partes do mundo.

O esporte como fenômeno social organizou-se de forma destacada na Inglaterra do século XIX. Regradas, institucionalizadas e internacionalizadas, as manifestações de cultura corporal de origem secular foram subtraídas de seu contexto de celebração para serem universalizadas, cabendo ao grupo produtor das regras o poder de incluir e de excluir os participantes de sua prática. Assim foram criadas as instituições esportivas, tanto de caráter local como de nível internacional, que produziram um sistema competitivo monopolizado. Aristocrático em sua origem, foi criado para ser praticado por cidadãos abastados que também dominaram a liderança das instituições. Porém, com a força simbólica sustentada no imaginário heroico produzido pela agonística do gesto motor, rapidamente foi apropriado pelos grupos excluídos das associações iniciais, afirmando-se assim como um patrimônio da humanidade e não apenas de grupos.

Essa organização reflete a estrutura de uma sociedade estratificada, disposta a marcar essas diferenças tanto em nível micro como macro social. Isso pode ser observado nas práticas esportivas nobres e aristocráticas,

que desencadearam um tipo de associacionismo que resultou em uma estrutura piramidal que tem em sua base os clubes, que demandaram a formação de federações e confederações, tendo o Comitê Olímpico Internacional (COI) como o topo do sistema.

O sucesso dessa estrutura se deve grandemente aos Jogos Olímpicos, considerados a face pública do Movimento Olímpico, cuja fundamentação teórica é o Olimpismo, afirmado como um ritual épico inspirado nas celebrações atléticas do passado com as características da sociedade pós-industrial europeia do século XIX. Idealizado para ser uma linguagem de entendimento universal por meio do esporte, o Olimpismo por meio de seus líderes e ideólogos, buscou seguir à margem das grandes tensões internacionais para se firmar como uma proposta única. O COI sobreviveu e se fortaleceu ao longo do século passado, chegando na atualidade a ser considerada uma das instituições mais sólidas do planeta.

Os Jogos Olímpicos da Era Moderna foram criados por Pierre de Coubertin e alcançaram ao longo dos anos a condição de tradição de caráter quadrienal. Isso porque atravessaram um século no qual o planeta atingiu a condição de global. Sobreviveram às duas guerras mundiais, à Guerra Fria, a dois boicotes por razões políticas, à superação do amadorismo pelo profissionalismo e à transformação de uma simples competição esportiva em um dos patrimônios culturais da humanidade, o que provoca a insistentes embates quanto a essa interpretação. Nem mesmo as tensões geradas pela geopolítica internacional e pelos diferentes interesses comerciais, que insistem em alterar a ordem natural da coisa olímpica, foram suficientes para abalar a realização dos Jogos.

O objetivo deste artigo é apresentar as aproximações entre o esporte e o Olimpismo, bem como o pragmatismo e a utopia que envolvem ambas criações.

O pragmatismo esportivo

O esporte é um fenômeno cultural complexo, denunciador do lugar e do momento histórico em que ele ocorre. Produto de uma ruptura histórica, desponta e se organiza na Inglaterra ao longo do processo de afirmação do capitalismo, não como uma instituição homogênea, mas como uma prática de classes. Para a aristocracia e para a burguesia ascendente, essa prática habilidosa era manifesta no tempo livre e caracterizava-se como manifestação hedonista. Essa concepção marcaria indelevelmente a estrutura esportiva não apenas naquele espaço insular, mas também em todos os territórios sob a influência britânica colonialista.

Hobsbawm e Ranger (1997) entendem que o esporte é uma “tradição inventada” que ocupou um lugar privilegiado na sociedade europeia

e norte-americana, por colaborar para a construção de identidades nacionais. Cultura e tradição tornaram-se valores preciosos na conquista de novos mercados, responsáveis pela criação de necessidades desconhecidas e pela implementação de comportamentos e atitudes inéditos. Os autores entendem por tradição inventada todo “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (HOBSBAWM; RANGER, 1997, p. 9).

Contribuiu para o fortalecimento desse modelo o sistema educacional inglês. Distante do que seu nome sugere, as Public Schools eram centros educativos seletos frequentados pelos filhos, do sexo masculino, da aristocracia e da alta burguesia, caracterizando-se por uma grande disciplina interna (RUBIO, 2002). Barbero (1993) afirma que os estudantes dessas escolas tinham garantido o direito de desfrutar de seu tempo livre e disponibilizá-lo de acordo com seu desejo, porque se supunha que tal liberdade era de fundamental importância para a formação do espírito liberal dos futuros líderes britânicos mundo afora.

Porém, para que grupos de diferentes instituições pudessem competir em bases comuns, era necessário que todos jogassem dentro das mesmas regras. Ou seja, as regras eram a linguagem por meio da qual diferentes equipes de lugares, ou mesmo países, poderiam se comunicar. Elias e Dunning (1992) apontam que o “quadro de regras, incluindo aquelas que eram orientadas pelas ideias de ‘justiça’, de igualdade de oportunidades de *êxito* para todos os participantes tornou-se mais rígido” (p. 224).

Foram adotados alguns passatempos tradicionais considerados suscetíveis a regulação e de fácil ajuste a um marco espacial definido ou capaz de fomentar espírito de equipe. Por outro lado, aqueles nos quais prevalecia a crueldade, a vulgaridade e a rudeza foram proibidos. E assim foram sistematizados os códigos, os gestos apropriados e homologadas as similitudes e as variedades das diversas modalidades. Investido de caráter educativo, o esporte se transformou em componente central dos currículos escolares, convertendo os espaços próprios da prática esportiva em um celeiro de líderes que iriam atuar na indústria, na política, no exército, nas empresas e na administração do império colonial. Vale ressaltar que se enfatizava a influência socializante dos jogos com o intuito de promover lealdade, cooperação, autodisciplina, iniciativa e tenacidade, qualidades necessárias à administração do Império Britânico (RUBIO, 2006).

Desde a primeira metade do século XIX os jogos populares tornaram-se alvo da atenção e intervenção por parte dos setores mais puritanos e moralistas das classes dominantes. A heterogeneidade dos diversos grupos

sociais levou à criação de várias e distintas associações que acabaram por se complementar, culminando em um efeito regular amplo e efetivo. Clubes, federações e regras foram criados com a finalidade de unificar e centralizar ações e promover o encontro entre diferentes equipes. A referência de sociedade, mundo e sujeito era apenas e tão somente aquela à qual pertenciam esses “gentis-homens”, em cujas mãos repousavam a distinção e os valores humanos apreçados como civilizados (ELIAS; DUNNING, 1992). Naquele momento, o Império Britânico dominava o mundo do ponto de vista econômico, e junto com seus produtos manufaturados exportava também cultura, incluindo o esporte, que, para sair da Inglaterra e poder ser praticado em qualquer parte do mundo, precisava de regras. E aí reside o poder da instituição que as universaliza e controla.

Enquanto isso, às classes trabalhadoras competia a busca da sobrevivência e da recuperação do esforço laboral, conforme suas possibilidades. Assim se explicam as reivindicações do movimento sindical pelo direito ao tempo livre e pela redução da jornada laboral. O ócio foi reconhecidamente necessário há mais de um século.

A organização do esporte para as camadas populares caminhou proximamente à necessidade da burguesia de controlar os corpos para assegurar a produtividade da indústria. Foucault (1993) afirma que o amontoamento de corpos que ocorria nas fábricas e nas cidades, a duração da jornada de trabalho, a poluição, as enfermidades e a falta de saneamento urbano e as condições de moradia foram percebidos como um perigo para a *saúde da população* ou para a *saúde da nação*. Entretanto, a extrema preocupação com a saúde da população dissimulava outras intenções.

Essa posição é afirmada por García Ferrando e Durán González (2002), que entendem que questões de ordem econômica (produzir operários sãos e bem alimentados), militar (o poder e segurança do império dependem de soldados fortes e robustos) e social (a sujeira e a doença são a fonte de todos os vícios e favorecem o surgimento de todos os tipos de contestadores) favoreceram o desenvolvimento do esporte. As soluções encontradas levaram a um ideal de operário-soldado-esportista que levou à difusão dos valores do exercício físico, ao planejamento de espaços ao ar livre e regulamento de recreações populares, bases para a promoção de um pensamento higienista que fortemente se vinculou à atividade física e esportiva. Brohm et al. (1993) apontam que se implantou a obrigatoriedade do exercício ginástico, criaram-se movimentos juvenis e inventou-ensinou-impôs-se uma nova forma de *jogar* ao modo esportivo. O privilégio esportivo não estava destinado a todos. A partir do Ato de Educação de 1870, foi estabelecido um acordo entre o Departamento de Educação e o Gabinete Militar para que sargentos ministrassem educação física nas escolas primárias, nas quais seria adotada a ginástica sueca.

A crescente transformação da educação dos filhos da aristocracia e da burguesia, realizada nas Public Schools ao longo do século XIX, demandou uma reforma dessas instituições. O esporte foi, então, uma etapa fundamental da estratégia de controle do tempo livre dos adolescentes, e rapidamente se converteu em um conteúdo formativo central dos currículos dessas escolas. Em pouco tempo, campos e quadras tornaram-se um espaço formativo, e o esporte ganhou importância sobre disciplinas como línguas ou cultura clássica. Os homens responsáveis pelo triunfo do liberalismo precisavam ser solidários na ação e ter iniciativa dentro das regras que regiam o mercado. O esporte passou a ser uma metáfora do jogo capitalista (BOURDIEU, 1993).

E assim foi gerada a dualidade de sistemas na educação física inglesa: jogos esportivos nas Public Schools (privadas) e ginástica nas Elementary Schools (públicas), ou seja, nas primeiras tinha-se a formação de líderes empreendedores e bons oficiais; nas segundas, operários e soldados saudáveis, talhados na disciplina e nos efeitos fisiológicos do exercício sistemático (RUBIO, 2019). Brohm et al. (1993) compreendem que o esporte se apresenta como uma preparação da força de trabalho para o sistema industrial capitalista, uma vez que difunde para os indivíduos o princípio do rendimento e da produtividade. Isso leva os corpos a funcionarem dentro de uma moral do esforço, contribuindo para a manutenção da exploração de classes. Sua existência transforma o corpo em instrumento e o integra dentro do complexo sistema de forças produtivas.

Apesar disso, o esporte pode ser entendido como consequência do desenvolvimento das forças produtivas, produto da diminuição da jornada de trabalho, da urbanização e da modernização. Apresentado como politicamente neutro, favorece a colaboração de classes, uma vez que expressa a possibilidade do diálogo entre os interlocutores (atletas) sob a supervisão imparcial (o árbitro).

Conforme Brohm et al. (1993), algumas chaves constitutivas do dispositivo esportivo, esboçadas no século XIX, não se transformaram plenamente até meados do século XX. A crescente intervenção do Estado levou a mudanças significativas na esportivização da sociedade, gerando importantes intervenções e desdobramentos. A filosofia de um amadorismo classista, uma das bases do esporte aristocrático, contribuiu para reforçar o distanciamento das práticas esportivas dos poderes públicos, afirmando-as como produto da iniciativa individual e do associacionismo voluntário. Entretanto, esse cenário se transforma radicalmente como a profissionalização tanto do espetáculo como dos atletas, razão de ser do espetáculo esportivo.

A utopia olímpica

O termo Olimpismo refere-se ao conjunto de valores pedagógicos e filosóficos do Movimento Olímpico. O Jogos Olímpicos são, nesse contexto, a face pública do fenômeno sociocultural global conhecido na atualidade.

No entender de Lovisoló (2007), o Olimpismo, tanto como movimento promotor de valores orientadores da prática esportiva quanto como realizador dos Jogos Olímpicos, foi possível graças a uma organização cuja estrutura centralizada é típica do século XIX, semelhante à estrutura de partidos políticos e sindicatos, a saber, uma oligarquia. Conquistou reconhecimento e ganhou importância internacional, levando os Jogos Olímpicos a se tornarem o maior evento do planeta, fazer parte da agenda de governo, uma opção de reforma urbana de cidades degradadas.

Muller (2000) entende o Olimpismo a partir das ideias originais de Pierre de Coubertin, fundamentadas em uma utopia. É o caso do Olimpismo como uma espécie de excesso de transcendência de seres humanos mobilizados pela agonística, que revelam pelo esporte e na prática esportiva constantes esforços em seguir princípios estéticos e morais para integrar valores humanos na educação do corpo e da mente.

A proposta utópica de organizar um movimento internacional tendo os Jogos Olímpicos como seu mediador nasceu de Pierre de Coubertin, um educador, filósofo e historiador que acreditava nos princípios pedagógicos do esporte mais do que a conquista de marcas e quebra de recordes. A preocupação de Coubertin em desenvolver um modelo de reforma social por meio da educação e do esporte acompanhou uma perspectiva internacionalista que se iniciava no final do século XIX, cujo principal objetivo era a promoção da paz. Essas organizações buscavam a resolução de conflitos, tanto de ordem interna como externa, pelo uso da razão e das leis, e não pelas armas. Dentro dessa lógica, a competição esportiva era uma forma racionalizada de conflito, sem o uso da violência.

De origem aristocrática, Coubertin definia-se como um republicano. Dizia desacreditar da política e por isso desejava promover ações que levassem à transformação de uma sociedade que lhe parecia enferma. O esporte inglês, que ele conheceu e apreciou ao frequentar a *École Supérieure des Sciences Politiques*, na qual teve contato com a pessoa e a obra de Hippolyte Taine, parecia ser o caminho para uma desejada estabilidade política pouco conhecida no continente europeu. Naquele núcleo anglófilo, buscou compreender a dinâmica cultural inglesa e acreditou que o sistema educacional praticado no país era a base para isso (RUBIO, 2006).

O encantamento gerado pelas obras *Notes sur l'Angleterre*, de Hippolyte Taine, um romance apaixonado sobre o cotidiano e as preocupações

de uma pedagogia pelo esporte, e *Tom Brown's Schooldays*, de Thomas Hughes, obra que descrevia o cotidiano da Rugby School, de Thomas Arnold, despertaram a atenção de Coubertin para a potência da prática esportiva das escolas. Em ambas as obras encontrava-se a fundamentação de uma pedagogia pautada na responsabilidade, associada ao uso da liberdade e do cumprimento de normas e tradições, que, entre outras ações, refletia no uso do tempo ocioso e na hierarquia, que demandava a compreensão e aceitação de uma “ordem natural” imposta pelos veteranos, por aqueles que primeiro chegaram à instituição, impondo a perpetuação de uma cultura de deveria ser reproduzida pelos mais novos. Embora Coubertin encontrasse em Taine o eco necessário para a reflexão sobre um modelo pedagógico, foi em Frédéric Le Play que a reforma social por meio de uma pedagogia esportiva encontraria nele ressonância. Depois de conhecer o modelo inglês, viajou aos Estados Unidos e lá observou proxima-mente um modelo esportivo escolar e universitário distinto do inglês, com ampla participação de jovens de diferentes classes sociais.

Político habilidoso, Coubertin buscou parceiros nas instituições esportivas que se organizavam naquele momento, como a União das Sociedades Francesas de Esportes Atléticos, para apresentar sua proposta de criação dos Jogos Olímpicos. Em 1892, lançou a ideia de formação de um Comitê Olímpico Internacional, tendo sido rapidamente acolhida pelos possíveis parceiros, presidentes das emergentes associações esportivas. Em junho de 1894, buscou apoio no ambiente acadêmico para organizar a Conferência Internacional de Esportes, realizada na Sorbonne, em Paris, momento em que propôs a internacionalização das regras das modalidades esportivas com vistas a promover a celebração dos Jogos Olímpicos da Era Moderna e à criação do Comitê Olímpico Internacional (GIGLIO; RUBIO, 2017; ALMEIDA; MARCHI JR., 2017).

Atento ao interesse gerado pelos estudos clássicos e à fascinação pela cultura helênica, resgatou da história grega os elementos simbólicos para a criação dos Jogos Olímpicos da Era Moderna. Para tanto, era preciso criar uma instituição capaz de organizar toda a estrutura necessária para a realização de uma competição com proporções internacionais. O receio de lidar com conflitos internos e o ceticismo com a democracia levou Coubertin a estruturar e organizar o Comitê Olímpico Internacional como uma instituição unipartidária, em um modelo próximo ao oligárquico. A proposta de criação da instituição organizada por uma elite, disposta a servir sem ônus à humanidade, guardava preocupações com a isenção, a autonomia e a independência de um movimento que se propunha internacional, apolítico e apartidário. Como decorrência dessa perspectiva, Coubertin idealizou o Movimento Olímpico sustentado na força dos comitês olímpicos nacionais, mas principalmente na cooptação e atuação dos

membros do Comitê. Constituído por representantes de várias nacionalidades indicados pelos participantes do encontro da Sorbonne, o COI tinha como missão e intenção a organização dos Jogos Olímpicos, bem como a normatização das modalidades disputadas, muitas delas recém-criadas e sem um corpo de regras universalizadas. A prática de indicação pelo próprio Comitê persiste até os dias atuais, e seus membros são considerados “embaixadores dos ideais olímpicos” em seus respectivos países, e não delegados de suas nações junto ao Comitê (HORN; WHANNEL, 2016).

Regidos desde então por princípios fundamentais contidos na Carta Olímpica elaborada por Coubertin em 1898, os Jogos Olímpicos pautaram-se por um conjunto de valores que são a referência fundamental do Movimento Olímpico até os dias atuais.

A Carta Olímpica apresenta o conceito de Olimpismo no Princípio Fundamental nº 2 enquanto uma filosofia de vida que exalta e combina em equilíbrio as qualidades do corpo, do espírito e da mente, combinando esporte com cultura e educação. O Olimpismo visa criar um estilo de vida baseado no prazer encontrado no esforço, no valor educacional do bom exemplo e no respeito aos princípios éticos fundamentais universais (IOC, 2019). Apresenta como objetivo, no Princípio nº 3: colocar em toda parte o esporte a serviço do desenvolvimento harmonioso do homem, na perspectiva de encorajar o estabelecimento de uma sociedade pacífica preocupada com a preservação da dignidade humana.

Neste sentido, o Movimento Olímpico assume o compromisso de promover a paz, atuando de modo independente ou em cooperação com outras organizações e dentro do limite dos seus meios. No Princípio nº 6, propõe contribuir para a construção de um mundo melhor e pacífico pela educação da juventude por meio do esporte, praticado sem discriminação de qualquer tipo e no espírito olímpico, o qual requer entendimento mútuo com um espírito de amizade, solidariedade e *fair play* (ibidem).

As modernas Olimpíadas, ou seja, o período em que ocorrem as edições dos Jogos Olímpicos, dividem-se em Jogos de Inverno e Jogos de Verão, ocorrem de quatro em quatro anos, como na Antiguidade, alternando-se a cada dois anos entre os Jogos de Verão e os de Inverno. Diferentemente da dificuldade para definição da sede que ocorria nas edições iniciais, na atualidade, a realização das competições é disputada por grandes metrópoles dos cinco continentes, em um processo que demanda alguns anos.

Para os gregos, os Jogos representavam um momento de trégua nas guerras e conflitos de qualquer ordem para que competidores e espectadores pudessem chegar a Olímpia. Ao longo desses cento e quatro anos de competições, os Jogos Olímpicos da Era Moderna já sofreram interrupção

por causa das duas guerras mundiais e de boicotes promovidos pelos Estados Unidos e pela União Soviética na década de 1980, além da suspensão dos Jogos de Tóquio de 2020, em decorrência da pandemia de Covid-19, indicando que o Movimento Olímpico não está alheio às questões sociais e políticas do mundo contemporâneo, como desejava Pierre de Coubertin.

Assim, pautada em uma celebração secular, inventa-se uma tradição chamada Jogos Olímpicos da Era Moderna. Inventado no século XIX, estruturado, porém, no imaginário dos Jogos da Antiguidade, o Olimpismo moderno pode ser considerado uma tradição inventada (HOBBSAWM; RANGER, 1997). Enquanto os Jogos do passado eram considerados rituais em homenagem a deuses em uma sociedade politeísta, da qual participavam apenas os cidadãos gregos, em sua versão contemporânea, a competição olímpica é uma manifestação resultante de uma sociedade determinada pela lógica de produção capitalista.

Para Hobsbawm e Ranger, uma “tradição inventada” pode designar “tradições” construídas e formalmente institucionalizadas, e também aquelas que surgiram em um momento indefinido e se estabeleceram rapidamente. Esse conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, visa se afirmar a partir de valores e normas de comportamento repetitivos, afirmando assim uma continuidade em relação ao passado. A invenção de uma tradição é essencialmente um processo de formalização e ritualização baseado em eventos passados, ainda que esteja pautado na imposição da repetição, sem que isso se configure como costume ou rotina. Elas ocorrem em função da quantidade e da velocidade de transformações sociais, demandando ressignificações na sociedade moderna e contemporânea.

A invenção da tradição olímpica nasceu europeia e aristocrática, condições que marcaram a trajetória do COI e do Movimento Olímpico. Teoricamente, a igualdade foi pensada como um valor universal fundante do esporte, viabilizada pela universalidade das regras e pelo controle de qualquer ação que não fosse a excelência na busca do resultado em uma competição, entretanto as condições materiais e políticas da organização olímpica colocaram à prova a utopia concebida por Coubertin.

Da utopia ao pragmatismo

A capacidade do COI em sobreviver intacto ao século XX é digna de atenção. O acúmulo de realizações já seculares e a persistência de um modelo institucional e competitivo criado promovem um modelo de tradição. A base organizacional dos Jogos Olímpicos está fincada em uma estrutura competitiva cujo referencial institucional foram as federações esportivas britânicas, entretanto o sistema simbólico mítico sempre esteve pautado no imaginário olímpico da Antiguidade (RUBIO, 2001; 2019). Isso distingue

a competição olímpica de outras grandes competições de apelo global, uma vez que a sua realização gera impactos de ordem simbólica e material.

Do ponto de vista material, essa discussão pode se iniciar pelo processo de postulação e escolha das sedes (ROCHE, 2000). A disputa para sediar a competição ocorreu desde a primeira edição olímpica, cuja vitória foi dada a Atenas, numa deferência à terra natal dos Jogos Olímpicos. Entretanto, Pierre de Coubertin entendia ser necessária a itinerância do evento para que fosse alcançada a desejada internacionalização do Movimento Olímpico. Ainda na sua fase de estabelecimento, as disputas para fazer parte do programa competitivo ou para sediar o evento provocavam inúmeras discussões entre o seletivo grupo de dirigentes (RUBIO, 2010).

Foram muitos os motivos para essa disputa no século passado, mas a possibilidade de se tornar um evento lucrativo, após o processo de profissionalização ocorrido ao longo da década de 1980, acirrou-a ainda mais. Razões de ordem prática caminhavam juntas com o imaginário que acompanha as disputas olímpicas, deixando impressas nas cidades-sede não apenas as marcas dos cinco aros coloridos que simbolizam o Movimento Olímpico, mas a força simbólica maior do evento em si. O poder de sedução desse símbolo tem levado os dirigentes governamentais e esportivos a se sujeitarem a exigências que implicam a perda de autonomia, de identidade e de valores materiais e morais. O fascínio exercido pelo imaginário olímpico levou à rendição desses grupos às regras impostas de forma unilateral, sob uma prática discursiva que apregoava valores universais.

Ao serem regradadas, institucionalizadas e internacionalizadas, práticas competitivas da cultura corporal de movimento foram universalizadas dentro de uma organização que tinha como prerrogativa construir um sistema competitivo único. O esporte praticado nesse sistema é evidentemente destinado a poucos, dos mais habilidosos, como atividades em que se exige a especialização extrema. Entretanto, causa curiosidade o desejo de pertencimento a um movimento que pode levar a uma perda de identidade devido às limitações impostas pelo establishment.

O processo de apropriação de esportes pelo Movimento Olímpico será aqui denominado “olimpização”, ou seja, o enquadramento de modalidades criadas e consagradas como manifestações da cultura corporal de movimento, cuja dinâmica e regras são próprias, fora do sistema historicamente determinado como olímpico. A força simbólica implicada nos mecanismos de pertencimento ao seletivo grupo dos atletas, ou ainda dos dirigentes, resulta na submissão a um sistema que põe em risco a existência de esportes concebidos como de aventura ou natureza, como é o caso do surfe, do skate ou da escalada, desfigurando-os como uma manifestação cultural impregnada de sentidos relacionados ao meio em que foram

criados e desenvolvidos (FALCÃO; UVINHA, 2018; EDWARDS; CORTE, 2010; MACHADO, 2017; RUBIO, 2019; THORPE; WHEATON, 2011).

A atividade esportiva, e a competição que pode dela gerar, são criações culturais localizadas histórica e geograficamente. A universalidade desejada para essa prática depende dos muitos movimentos gerados pelos grupos sociais ao redor do planeta, e isso demanda tempo para a sua assimilação. Ao longo da história olímpica foi possível observar a inclusão e a exclusão de várias modalidades, justamente para atender a esses movimentos. Claro está que, no final do século passado, a juventude deu pistas sobre o envelhecimento do Movimento Olímpico, distanciando-se tanto da prática esportiva como das competições. O esporte olímpico precisava se renovar garantindo assim a necessária audiência para que o comércio em seu entorno continuasse a prosperar. A juventude perdida, como prática e como público, precisava ser resgatada.

A sisudez dos uniformes brancos foi substituída pela moda esportiva gráfica e colorida. Chegam aos Jogos de Inverno modalidades como o snow board e a irreverência de seus praticantes. As mulheres ganham espaço deixando de ser apenas musas e rainhas para serem guerreiras e poderosas. Sim, o mundo mudou, o Movimento Olímpico percebeu isso e se transformou.

Um exemplo dessa dinâmica são as mudanças das regras para a aceitação de uma nova modalidade esportiva em Jogos Olímpicos. Conforme a Carta Olímpica de 2001, para que uma modalidade esportiva fizesse parte dos Jogos Olímpicos era preciso que ela fosse praticada em um mínimo de setenta e cinco países e quatro continentes para homens e em, no mínimo, de quarenta países, de três continentes, para mulheres. Em um primeiro momento essas modalidades teriam apenas caráter de exibição e, em sendo reconhecidas e aprovadas, passariam a fazer parte do programa oficial. Uma das prerrogativas do Comitê Organizador de uma edição olímpica é sugerir ao COI a inclusão de uma ou mais provas adicionais exclusivamente para a edição em questão. Nesse caso não há distribuição de medalhas.

Recentemente essas regras foram alteradas.

Conforme a Carta Olímpica (IOC, 2019), cada Federação Internacional (FI) de esportes já incluídos no programa estabelece suas normas para participação em Jogos Olímpicos, inclusive os critérios de classificação. Todos os critérios devem ser apresentados e aprovados pela Comissão Executiva do COI. O programa esportivo de uma edição olímpica é decidido preferencialmente na mesma sessão em que for escolhida a cidade-sede. É também essa instância de poder que define, a qualquer momento, a exclusão de qualquer modalidade esportiva do programa olímpico, caso a FI não cumpra com a Carta Olímpica ou com o Código Mundial Antidopagem. O programa pode ser alterado a partir de um acordo que envolve

o Comitê Organizador, o COI e a Federação Internacional do esporte em questão até três anos antes da abertura da edição dos jogos em questão. O programa é composto por modalidades, disciplinas e provas. Uma disciplina é uma especialidade de uma modalidade que compreende uma ou mais provas. Uma prova é uma competição numa modalidade ou de uma das suas disciplinas, que tem por resultado uma classificação e determina a entrega de medalhas e de diplomas.

O modelo atual de competição parece ter chegado ao seu limite máximo. A menos que se faça um acordo com o Comitê Organizador, a recomendação do COI para o número de participantes é:

- Jogos Olímpicos de Verão: 310 provas, 10.500 atletas e 5.000 membros técnicos (treinadores, equipes técnicas e árbitros).

- Jogos Olímpicos de Inverno: 100 provas, 2.900 atletas e 2.000 membros técnico (treinadores, equipes técnicas e árbitros).

Embora determine que todo concorrente aos Jogos Olímpicos deva ser nacional do país do Comitê Olímpico que o inscreveu, há exceções, como a possibilidade de escolha para atletas com dupla cidadania, desde que sejam respeitados os períodos de transição determinados pela Comissão Executiva do COI, com o acordo dos Comitês Olímpicos Nacionais (CONs) e da FI em questão, tendo em conta as circunstâncias de cada caso. Atentos ainda aos deslocamentos provocados por conflitos e guerras, o COI passou a flexibilizar as regras de participação de atletas. Por isso determina que, se um Estado associado, uma província ou um departamento ultramarino, um país ou uma colônia se tornar independente, se um país for incorporado a outro devido a uma mudança de fronteira, se um país se fundir com outro ou se um novo CON for reconhecido pelo COI, um concorrente pode continuar a representar o país a que pertence ou pertencia. Caso o atleta prefira escolher representar o seu país ou ser inscrito nos Jogos Olímpicos pelo novo CON, no caso de existir, essa escolha poderá ser feita apenas uma vez.

Além disso, em todos os casos em que um atleta tenha os índices para participar dos Jogos Olímpicos, seja em representação de outro país que não o seu ou através da escolha quanto ao país que entende representar, a Comissão Executiva do COI pode tomar as decisões de natureza geral ou individual no que se refere a questões de nacionalidade, cidadania, domicílio ou residência de qualquer concorrente, incluindo a duração de qualquer período de espera.

Considerações finais

São muitas as questões envolvidas na inclusão de uma modalidade

esportiva no programa olímpico. É necessário compreender a força que mobiliza a comunidade esportiva global sobre a necessidade de pertencimento a um grupo que opera com o conceito de universalização, desde que as regras sejam estabelecidas por um pequeno grupo conclamado como universal. É inegável a força da construção narrativa olímpica que determina a organização do esporte, mas principalmente sua fetichização.

A olimpização envolve não apenas a construção simbólica que leva à inclusão das modalidades esportivas no programa olímpico, mas também opera em diferentes instâncias que lidam com o tema olímpico, seja a produção acadêmica ou midiática. Nem atletas podem mais se submeter a uma relação verticalizada e desigual, onde sobram obrigações e faltam direitos. Mesmo diante da dificuldade de se adaptar às transformações sociais, é preciso atentar para o fato de que esse modelo centralizador e unilateral tem cada vez menos espaço de diálogo e manobra no contemporâneo. Ou seja, ou o Movimento Olímpico se revê ou ele está fadado ao esgotamento que vivem outras instituições seculares ao redor do planeta. Porém, diferentemente de instituições pautadas em dogmas, o COI é organizado e assessorado por profissionais que estão sensíveis às demandas da sociedade, seja por idealismo ou por necessidades comerciais. A busca pelo debate sobre as questões que norteiam o Olimpismo sugere um redirecionamento não apenas político do Movimento Olímpico. Abrir-se para temas negligenciados no passado indica uma preocupação verdadeira sobre as repercussões de fatos que denotaram discriminação, preconceito e desrespeito à sociedade, e levam no presente a um crescente desinteresse pelo maior espetáculo esportivo do planeta.

Cada vez mais ciente de seu papel nesse processo, o atleta também participa das ações presentes, deixando de ser apenas um executor de gestos habilidosos valiosos para o espetáculo esportivo e passando a ser uma figura central dentro do Movimento Olímpico. A ampliação da participação do protagonista do espetáculo esportivo nas instâncias de poder é um primeiro passo, mas não deve ser o último.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Bárbara Schausteck de; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. “A

- oligarquia olímpica: uma leitura sobre a autoperpetuação dos brasileiros no poder das instituições olímpicas nacionais e internacionais”. *Olimpianos – Journal of Olympic Studies*, São Paulo, v. 1, n. 1, pp. 33-52, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.30937/2526-6314.v1n1.id4>>.
- BARBERO, José Ignacio. “Introducción”. In: BROHM, J. M, et al. (ed.). *Materiales de Sociología del Deporte*. Madri: La Piqueta, 1993, pp. 9-38.
- BOURDIEU, Pierre. “Deporte y clase social”. In: BROHM, J. M, et al. (ed.). *Materiales de Sociología del Deporte*. Madri: La Piqueta, 1993, pp. 57-82.
- BROHM, Jean-Marie. “20 tesis sobre el deporte”. In: _____ et al. (ed.). *Materiales de Sociología del Deporte*. Madri: La Piqueta, 1993, pp. 47-55.
- _____. et al (ed.). *Materiales de Socioloiga del Deporte*. Madri: La Piqueta, 1993.
- EDWARDS, Bob; CORTE, Ugo. “Commercialization and lifestyle sport: lessons from 20 years of freestyle BMX in ‘Pro-Town, USA’”. *Sport in Society*, Londres, v. 13, n. 7-8, pp. 1.135-51, set. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/17430431003780070>>.
- ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.
- FALCÃO, Tiago B. de Carvalho; UVINHA, Ricardo Ricci. “Skate at Mount Olympus”. *Olimpianos – Journal of Olympic Studies*, São Paulo, v. 2, n. 2, pp. 435-48, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.30937/2526-6314.v2n2.id46>>.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- GARCÍA FERRANDO, Manuel; DURÁN GONZÁLEZ, Luis J. “El deporte mediático y la mercantilización del deporte: la dialéctica del deporte de alto nivel”. In: _____ et al. (ed.). *Sociología del deporte*. Madri: Alianza, 2002, pp. 221-47.
- GIGLIO, Sergio Settani; RUBIO, Katia. “A hegemonia europeia no Comitê Olímpico Internacional”. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 31, n. 1, pp. 291-305, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/http://dx.doi.org/10.11606/1807-5509201700010291>>.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HORN, John; WHANNEL, Garry. *Understanding the Olympics*. 2. ed. Abingdon/ Nova York: Routledge, 2016.
- IOC – INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. *Olympic Charter*. Lausanne: International Olympic Committee, 2019. Disponível em: <<https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/General/EN-Olympic-Charter.pdf>>.
- LOVISOLO, Hugo. “O enigma do Olimpismo”. In: RUBIO, K. et al. (org.). *Ética e compromisso social nos Estudos Olímpicos*. Porto Alegre: Editora PUC-RS, 2007, pp. 113-20.
- MACHADO, Raoni. “Uma aventura olímpica: novas modalidades, novos desafios”. *Olimpianos – Journal of Olympic Studies*, São Paulo, v. 1, n.

3, pp. 220-31, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.30937/2526-6314.v1n3.id30>>.

MULLER, Norberty. *Olympism Selected Writings. Pierre de Coubertin 1863-1937*. Lausanne: International Olympic Committee, 2000.

ROCHE, Maurice. *Mega-events and Modernity: Olympics and Expos in the Growth of Global Culture*. Londres: Routledge, 2000.

RUBIO, Katia. *O atleta e o mito do herói*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

_____. “Olimpização: notas sobre o desejo de inclusão no modelo olímpico”. In: _____ (org.). *Do pós ao neo olimpismo: esporte e movimento olímpico no século XXI*. São Paulo: Laços, 2019, p. 378.

_____. “Identidade heroica e narrativas biográficas: A memória do esporte por atletas olímpicos”. *Olimpianos – Journal of Olympic Studies*, São Paulo, v. 3, pp. 1-24, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.30937/2526-6314.v3.id85>>.

_____. *Medalhistas olímpicos brasileiros: memórias, histórias e imaginário*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

_____. “Jogos olímpicos da era moderna: uma proposta de periodização”. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 24, n. 1, pp. 55-68, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1807-55092010000100006>>.

THORPE, Holly; WHEATON, Belinda. “Generation X Games’, Action Sports and the Olympic Movement: Understanding the Cultural Politics of Incorporation”. *Sociology*, v. 45, n. 5, p. 830–847, out. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0038038511413427>>.